

III

«Por uma JSD viva e liderante»

• 1.º subscritor: *Carlos Coelho*

I INTRODUÇÃO

A JSD com que chegamos a este VII Congresso Nacional é a maior organização da Juventude Portuguesa. É conhecida a nossa projecção e influência na vida nacional, ultrapassando claramente todas as nossas congéneres e constituindo já um referencial importante na esfera internacional.

Não se julgue, porém, que o afirmamos por simples imodéstia. Recordamo-lo tão só para melhor termos consciência das responsabilidades que sobre nós pesam, como das dificuldades que por isso defrontamos. E a principal dificuldade reside na própria complexidade que uma organização, com a natureza da JSD, obviamente tem. Somos solicitados a gerir universos tão distintos entre si como são o nacional, o regional e o local, e sempre com um elevado nível de diferenciação da nossa estrutura.

A riqueza da nossa substância programática junta-se a variedade das áreas de trabalho. A diversidade dos nossos interesses e propostas corresponde uma multiplicidade de fóruns de intervenção: as Associações de Estudantes, as Autarquias, a Assembleia da República ou o Conselho Nacional da Juventude, entre outros. O desafio da renovação dos nossos quadros, da sua formação e do apoio que lhes deve ser garantido não é maior do que este outro de manter a «máquina» operacional, actuante, eficaz. O esforço que o primeiro exige não é menor do que aquele que o segundo parece esgotar. A dificuldade não é, pois, pequena mas vale a pena que seja enfrentada, vale sempre a pena fazer coincidir a «organização» que temos com a organização que somos.

E como organização que somos, é importante que saibamos agora definir o nosso posicionamento para os próximos dois anos, relativamente às áreas de intervenção que possuímos. Um posicionamento que não deve deixar de se guiar pelos princípios que traduzem uma atitude de coerência face ao passado, mas que não esqueça a definição dos objectivos a prosseguir no futuro.

Procuraremos, assim, analisar o posicionamento da JSD face a seis fundamentais áreas de intervenção, a saber:

- A. Poder
- B. Partido
- C. Outras Organizações de Juventude
- D. Mundo Laboral
- E. Mundo Estudantil
- F. Mundo do Poder Local

Mas não deixaremos, no entanto, de referenciar aqueles que são, em nosso entender, os três grandes desafios que enfrentamos para os próximos dois anos: Uma JSD Maior e Melhor, Uma JSD Mais Interventiva no Poder Local e Uma

JSD Liderante no Espaço Internacional. Porque só neste conjunto pugnaremos activamente, POR UMA JSD VIVA E LIDERANTE.

II SEIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A. A JSD face ao Poder

Princípio: O VII Congresso Nacional reconhece que a luta política da JSD só é construtiva e consequente na medida em que conseguir influenciar o Poder, com vista à eficaz e atempada adopção das medidas que propugna. Neste sentido, defende uma maior intervenção da JSD na área do Poder, nomeadamente através da participação de quadros seus neste espaço. Este princípio, no entanto, não pode pôr em causa as reservas que devem ser acauteladas com a intenção de evitar uma excessiva proximidade, quer tendo em conta as fragilidades decorrentes, quer recordando a imagem crítica que a organização de juventude saudavelmente deve cultivar.

Desafios e posturas: Na linha do princípio que aqui nos norteia, a JSD deverá continuar a influenciar o Poder, nomeadamente nas áreas que mais directamente têm a ver com os jovens, de cuja representação não abdicamos. Mas só influenciaremos o Poder na medida em que nele intervimos, ou até, se possível, o exercemos. Isto significa para a JSD uma proximidade com o poder que, para se não confundir com identidade, exige de nós, simultaneamente, capacidade e disponibilidade pessoais e políticas para o criticarmos, quando for esse o nosso entendimento.

Esta postura de actuação responsável e crítica deve ser mantida. A JSD tem que continuar a ser, pelas propostas que avança, pela postura que assume e pela capacidade que demonstra, a esperança daqueles que em nós acreditam.

A JSD deve acentuar no seu discurso político a convicção de que a dignificação do Estado, a eficácia dos instrumentos do Poder e o papel numa Democracia mais participada exigem uma grande reforma da Administração Pública, tendente à efectivação do Processo de Regionalização do Continente, no sentido da construção do Estado Regionalizado que preconizamos.

A JSD, consciente de que a unidade nacional se reforça nas diversidades regionais, deve favorecer a afirmação salutar dessas especificidades no quadro do País que somos e da ideologia que professamos, com particular destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira cuja experiência deve ajudar a prosseguir e consolidar.

A JSD, consciente da sua posição no seio das organizações de juventude, manterá um diálogo democrático com o

Presidente da República, esperando que este contribua de forma activa, e com os poderes que constitucionalmente lhe estão cometidos, para a estabilidade das instituições políticas não cedendo a pressões e alinhamentos que só na aparência pretendem a salvaguarda da estabilidade política. Espera a JSD do Presidente da República um comportamento equidistante das diversas forças políticas e um empenhamento claro, conjuntamente com os demais órgãos de soberania, na criação das condições necessárias para o desenvolvimento do País e a resolução dos problemas dos jovens.

A JSD contribuirá na Assembleia da República, nomeadamente através dos seus deputados, para que esta se empenhe responsabilmente na procura de soluções políticas e legislativas que tenham em conta o actual estágio de desenvolvimento do País, o processo de integração europeia que vivemos e a consequente adaptação da nossa estrutura económica e social à dos demais países que, connosco, constituem as Comunidades Europeias. A este propósito assumirá inquestionável importância a próxima revisão constitucional que, pelos consensos que exigirá, vai obrigar os Partidos Políticos a um esforço de diálogo permanente e aberto, contribuindo assim, de forma significativa, para a clarificação das posições políticas e opções de fundo de cada um.

A JSD, politicamente solidária com a actual acção governativa que considera globalmente meritória, realça em particular o papel da Secretaria de Estado da Juventude que, desvendando alguns problemas de forma decidida, pode já apresentar resultados positivos e estabelecer as bases para a definição de uma Política Global de Juventude. Saída-se, especialmente, o reconhecimento do Conselho Nacional de Juventude e a institucionalização do Conselho Consultivo de Juventude, bem como o estabelecimento de um regime especial de crédito bonificado à aquisição de casa própria para jovens, a criação do Cartão Jovem e o relançamento dos programas de Ocupação dos Tempos Livres.

A JSD reafirma o seu empenhamento em contribuir para o desenvolvimento desta política, não deixando por isso de chamar a atenção, e se necessário criticar as acções ou omissões políticas que reputamos importantes. Só esta postura de permanente exigência pode servir os interesses da juventude e, simultaneamente, ajudar o Partido na grande tarefa de desenvolvimento e modernização do País.

B. A JSD face ao Partido

Princípio: O VII Congresso Nacional da JSD recorda que o posicionamento da JSD face ao PSD é o da autonomia, enquadrada política e ideologicamente pela Social Democracia.

Desafios e posturas: A JSD deve uma vez mais tomar a iniciativa de suscitar a discussão do que significa ser Social-Democrata em Portugal, num esforço de, traduzindo e redimensionando os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, promover a reflexão necessária à reformulação do Programa do PSD, na fidelidade às suas raízes filosóficas.

A JSD deve contribuir com os meios que estiverem ao seu alcance para o incremento da formação ideológica dos seus quadros e do Partido, de forma a ter sempre presente o envolvente programático que nos identifique e defina.

A JSD deve colaborar lealmente com os órgãos nacionais do Partido, e com o seu líder legitimado em Congresso, Prof. Cavaco Silva, no sentido de reforçar a posição do PSD no leque partidário nacional e aumentar o seu papel liderante no esforço da modernização da sociedade portuguesa.

A JSD não se demitirá do seu papel de consciência crítica do PSD e utilizará os mecanismos de intervenção junto do Partido a todos os níveis da sua estrutura, de forma a que a voz irreverente mas saudavelmente construtiva da juventude, possa, pelo levantar de questões e pelo abordar de problemas, contribuir para sucessivas lufadas de ar fresco que revigorem o Partido e lhe inculquem juventude e dinamismo.

A JSD colaborará de forma especial com o Partido, designadamente na elaboração das Propostas Eleitorais que se reflectirem directamente na elaboração do Programa do Governo, de modo a que nas áreas mais directamente relacionadas com os jovens, as políticas e os seus intérpretes revelem sintonia com as posições da JSD.

A JSD manter-se-á inflexível na preservação da sua autonomia e esforçar-se-á em alargá-la e consolidá-la, com particular realce para as áreas que no passado recente foram objecto de alterações, visando tutelar a organização ou reduzi-lhe o peso nos órgãos do Partido.

A JSD considera que só encarando a autonomia como espaço de intervenção, e a intervenção activa como manifestação credível de autonomia, servirá o PSD e aquilo que dele esperam os Portugueses.

C. A JSD face às outras Organizações de Juventude

Princípio: O VII Congresso Nacional da JSD, consciente das afinidades existentes entre as preocupações gerais dos jovens e das suas organizações inseridas no espaço da Democracia, reafirma a necessidade de estreitar relações e experiências, tendentes a constituir a força social de que os jovens carecem para fazer valer as suas opiniões para além das conjunturas políticas.

Desafios e posturas: A JSD contribuirá, como a maior Organização de Juventude Portuguesa, para o incremento dos índices de participação dos jovens e fortalecimento da sua consciência social, procurando assim promover ou participar em todas as acções e esforços que favoreçam a identificação dos anseios comuns aos jovens.

A JSD procurará, a todos os níveis da sua estrutura interna, manter e aprofundar os contactos com outras organizações de juventude. Através do diálogo com jovens de outras realidades associativas, ensaiar-se-á um maior enriquecimento, podendo pois a JSD aprender sobre filosofias de participação e métodos organizativos diferentes.

A JSD considera que o Conselho Nacional de Juventude, apesar de relativamente recente, é hoje uma instituição com importância crescente no quadro do diálogo juvenil e da cultura associativa.

No futuro, há pois que nos empenharmos em alargar e fortalecer este espaço, para cuja criação e consolidação a JSD desempenhou um papel relevante, participando nos seus órgãos directivos com a representação a que legitimamente tem direito.

A criação da estrutura regional do CNJ, a aprovação de um quadro legal próprio e a adesão de novas organizações com carácter nacional são factores indispensáveis à sua eficácia e ao seu crescimento, como à aplicação da sua força reivindicativa.

A JSD defendeu a criação do Conselho Consultivo da Juventude, ora no âmbito da Secretaria de Estado da Juventude, e nela continuará a participar, pugnando para que o trabalho aí desenvolvido contribua para a alteração da sociedade e das condições com que os jovens hoje se debatem.

Mas apenas o faremos na exacta medida em que este Conselho seja potenciador de um verdadeiro diálogo entre todas as partes interessadas, com o consequente aprofundamento e aprovação de políticas em prol dos jovens.

D. A JSD face ao Mundo Laboral

Princípio: O VII Congresso Nacional salienta a importância da JSD estar atenta e activa, com relação aos problemas que mais afligem os jovens trabalhadores e os que buscam o seu emprego, exceptuando quaisquer acções que, contra o nosso ideário, indiquem fórmulas que promovam qualquer tipo de intervencionismo sindical.

Desafios e posturas: A JSD reafirma a sua concepção de sindicalismo democrático e livre, avesso a interferências partidárias e zeloso da sua independência na defesa dos interesses dos trabalhadores contribuindo no plano político para desmascarar as estratégias orquestradas da central sindical, corria de transmissão do Partido Comunista.

A JSD recusará intervir na vida sindical mas não se demitirá da responsabilidade de incentivar os jovens, com particular relevância para os seus filiados, no sentido de intervir mais no meio laboral promovendo, entre outras acções, esquemas de informação/formação por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades.

A JSD estará atenta ao problema preocupante, e cuja gravidade reconhece, do desemprego juvenil. Sabe que, pelos efeitos de uma prolongada recessão económica (presentemente sustida), o desemprego flutuante e de período limitado foi substituído por um aumento da taxa de desemprego e da sua duração, calculando-se que, do número de desempregados, 2/3 sejam jovens entre os 14 e os 25 anos.

A JSD empenhar-se-á, na sua luta política, em melhorar esta situação, que tem causas directas não só na política económica, mas também no quadro da legislação laboral, da formação profissional e da orientação vocacional e do próprio sistema de ensino.

E. A JSD face ao Mundo Estudantil

Princípio: O VII Congresso Nacional reafirma a orientação de recusar a partidização das lutas associativas e de contribuir, nomeadamente através da formação dos seus militantes, para o reforço dum Movimento Associativo capaz de representar reivindicativamente os estudantes e complementar a função formativa da Escola.

Desafios e posturas: A JSD continuará a bater-se por uma Reforma Global do Sistema Educativo que, no quadro da Lei de Bases recentemente aprovada na Assembleia da República, proporcione um ensino que promova em condições de maior eficácia e qualidade a formação e realização dos jovens e a sua preparação para os desafios de Futuro que a evolução da Sociedade de forma tão premente suscita.

A JSD utilizará todos os seus meios de intervenção política, com especial relevo para a acção dos seus deputados, no sentido de intervir construtivamente em todas as sedes que permitam a concepção de soluções tendentes a resolver os maiores problemas com que a escola se debate sejam os do insucesso escolar e do ingresso no ensino superior, sejam os da gestão das escolas do secundário e da Autonomia Universitária, sejam os da adaptação curricular e programática às realidades do mundo moderno ou até da formação de professores e da rede escolar.

A JSD reconhece no movimento associativo, além da sua vocação sindical reivindicativa, um importante papel pedagógico ao promover actividades para-escolares que preencham um vácuo formativo que a Escola, confinada na sua matéria curricular, por si só não consegue preencher.

Nesta linha são particularmente preocupantes os sinais de «arrefecimento» da participação associativa que crescentemente se fazem sentir.

Através de novos esquemas de formação de quadros e um maior apoio por parte do Estado e das Escolas às Associações de Estudantes deverá procurar-se também aqui incrementar os índices de participação.

A JSD empenhar-se-á na aprovação final o mais urgente possível da Lei sobre Associação de Estudantes e cuidará para que nela se abra espaço à viabilidade de esquemas de intercâmbio associativo que logrem promover a troca de experiências enquanto a vontade associativa não forja, a despeito das táticas destrutivas da J.C.P., a criação de uma Central Nacional Estudantil.

A JSD manterá uma Política de não interferência partidária nas Associações de Estudantes e esforçar-se-á para que a sua estrutura estudantil continue a ser apoiada, procurando ainda que nos distritos do interior de comunicação mais difícil, onde o crescimento das CESD's se revelou mais problemático, se desenvolvam esforços especiais para, compreendendo as suas especificidades, possam os Estudantes Sociais-Democratas continuar a envergar a bandeira liderante que nos resultados eleitorais na gestão associativa orgulhosamente continuamos a envergar.

F. A JSD face ao Mundo do Poder Local

Princípio: O VII Congresso Nacional da JSD reafirma a sua profunda convicção de que o Estado centralista e burocrático é o principal bloqueador do desenvolvimento nacional, e que a construção do Estado Regionalizado que preconiza pressupõe o reforço e o aprofundamento da experiência

positiva que a recente acção autárquica constitui no quadro do Regime.

Desafios e posturas: A JSD continuará a defender a necessidade de se proceder à Regionalização do Continente, consciente de que o Desenvolvimento do País o exige sem delongas, num processo que não poderá porém acentuar as assimetrias e as desigualdades, que com esse processo se visam também superar.

A JSD procurará que, na utilização das verbas de que Portugal pode beneficiar graças à CEE, sejam definidas prioridades que, tendo em atenção a realidade social dos jovens, possam contribuir para a correcção das desigualdades existentes entre as diversas regiões.

A JSD contribuirá, através da sua acção política e dos seus eleitos locais, para que o Poder Local possa constituir o embrião de um verdadeiro Poder Regional, capaz de transformar o País e atenuar as assimetrias existentes promovendo o desenvolvimento, e de revivificar as potencialidades políticas da participação das populações.

A JSD contribuirá igualmente para uma nova consciência do papel das autarquias locais, que prolongue e faça evoluir o âmbito daquelas que têm sido, até ao presente, as suas principais preocupações com a satisfação das necessidades mais elementares das populações, como as redes rodoviárias, de saneamento básico, electricidade e água.

Há assim que passar autarquia de infra-estrutura à autarquia de desenvolvimento. Cada autarquia local deverá pois passar a deter a visão de projecto e o necessário poder, em conjugação de esforços com outras autarquias, melhorando os recursos próprios. Deste modo promoverá o seu desenvolvimento, à luz da rica experiência do inter-municipalismo.

A JSD empenhar-se-á nos esforços tendentes à revisão da legislação autárquica, introduzindo mecanismos que visem dotar os executivos de maior coesão e capacidade de acção, contribuindo assim para uma gestão mais eficaz na satisfação dos interesses das populações e promovendo a utilização optimizada de todos os recursos locais.

A JSD promoverá todos os esforços que contribuam para que seja atribuído, um cada vez mais preponderante papel dos jovens na realidade local, proporcionando-lhe instrumentos de participação e espaços de intervenção.

Os jovens deverão pois assumir um papel relevante no processo de transformação das realidades locais, que é o mesmo que dizer da realidade nacional.

III

TRÊS DESAFIOS A ENFRENTAR

Uma JSD maior e melhor

No conjunto de uma preocupação global de revitalizar a estrutura interna da JSD, envolvendo-a em projectos de acção política que impeçam que ela se afogue nos rituais da democraticidade interna, lançar-se-á uma grande campanha de publicitação da JSD com a intenção de mobilizar os órgãos internos, testar a sua capacidade de reacção e suscitar novas adesões.

O crescimento quantitativo que se procura deve buscar-se com particular relevância nas áreas onde o PSD é expressamente minoritário, pelo que tendo em atenção o significado político e a aposta que isso representa, promover-se-á um plano próprio de intervenção no Alentejo.

As necessidades de acção política da estrutura obrigam ainda a mais eficientes sistemas de informação interna. O trabalho parlamentar desenvolvido, o intercâmbio no tratamento de problemas específicos, o resultado da nossa projecção internacional e a base documental indispensável à fundamentação das nossas propostas e lutas deverão habilitar as CPD's e, sempre que possível através delas, as CPS's.

O crescimento qualitativo que se tem também de procurar, pressupõe a elaboração de um Programa de Formação de Quadros que cubra as diferentes exigências da nossa multifacetada intervenção.

Esquemas especiais deverão ser desenvolvidos para o en-

quadramento e dinamização dos novos filiados e para a transmissão, de forma atractiva e construtiva, do quadro ideológico que nos define.

Nesta linha o VII Congresso, consciente da necessidade de alargar a estrutura da JSD nas suas esferas quantitativas e qualitativas, decide apostar NUMA JSD MAIOR E MELHOR.

Uma JSD mais interventiva no Poder Local

Não é de hoje que a JSD tem consciência da importância das Autarquias Locais, como escolas de participação política: preparação de Jovens Quadros.

De facto, há já algum tempo constatámos que os órgãos do Poder Local constituem um viveiro de experiências e um lugar de aprendizagem, área por excelência onde as capacidades de gestão e criatividade melhor se desenvolvem, a par da tomada de consciência da complexidade dos problemas sociais e da responsabilização dos agentes políticos perante as populações.

A autarquia constitui um nível do exercício do poder que, malgrado a escassez de meios que dispõe, permite porém a adopção de medidas diversas que ajudam, no plano local, a resolver os variados e graves problemas que afectam os jovens.

Mas a JSD acredita que uma nova expressão da realidade local ao nível da malha do poder pode ser, não apenas a alternativa para o modelo de Estado centralizado, que ainda hoje nos sufoca, como ainda a base de um Projecto Global de Desenvolvimento do País, com maior espaço para a participação dos agentes locais e das próprias populações.

Uma redobrada e coordenada acção nas autarquias deverá pois, constituir a principal preocupação das estruturas concebidas fazendo das secções autênticas forjas de propostas e medidas que os nossos eleitos, num trabalho continuado e articulado, deverão defender e fazer implementar.

As últimas eleições autárquicas saldaram-se num grande alto quantitativo da JSD. Os 6000 eleitos locais, dos quais se estacaram 400 deputados municipais, atribuem-nos especiais responsabilidades e constituem uma base de intervenção política que urge potenciar.

Só assim estaremos nas próximas eleições autárquicas em condições de melhor corresponder ao aumento desta nossa projecção. E só assim, estaremos a cuidar de conquistar um novo e importante espaço que revitaliza as nossas estruturas e base e vai ao encontro da sua vocação local.

Mas porque para cumprir estes objectivos não basta aumentar a quantidade da nossa intervenção, mas há que prezar a melhoria da sua qualidade, esforços deverão ser desenvolvidos no sentido de proporcionar a formação adequada.

A dimensão das responsabilidades que contraímos obriga-nos a que se ponham de lado quaisquer amadorismos. Não se pode, pois, a criação de informação e intercâmbio entre os diversos eleitos locais que deverá tender a evoluir num futuro próximo, para soluções mais institucionais.

É com este sentido que o VII Congresso Nacional, consciente do enorme desafio que se coloca à JSD no abrir de importantes e novas oportunidades de acção política, decide apostar NUMA JSD MAIS INTERVENTIVA NO PODER LOCAL.

Uma JSD liderante no espaço internacional

Com a adesão à CEE, os principais centros de decisão deixaram de se limitar aos órgãos de soberania nacionais, para alargarem e adaptarem às normas comunitárias.

Seria assim, perigoso hesitar em redobrar esforços no sentido de se conhecer e intervir na área internacional, uma vez que hoje em dia o espaço decisório do nosso futuro é tratado cada vez mais nos grandes centros internacionais que, tão somente, no território nacional.

É importante se torna pois, a participação influente nos organismos de coordenação juvenil europeus, tais como o Youth Forum, que, para além das vantagens no intercâmbio entre militantes da JSD e de outras organizações, nos possibilita ainda um conhecimento mais rigoroso sobre os Fundos Estruturais Comunitários bem como, no que toca particular-

mente aos programas específicos para os jovens, tais como o YES, ERASMUS, o COMETT, o INFRO ACTION, o ELISE entre outros.

Também por isto é importante para a JSD a intervenção na IFLRY e a consequente possibilidade de participação e influir nas medidas de decisão.

Haverá assim que, no futuro, aprofundar a nossa participação tanto na IFLRY como no LYMEC, onde aliás já recolhemos uma boa experiência e lográmos obter o reconhecimento internacional.

Deveremos assim, prosseguir com estas experiências multifacetadas, na disposição também de reunir um melhor conhecimento no domínio europeu e de conseguir uma maior capacidade decisória na definição das políticas a este nível.

Torna-se por isto necessário, e uma das prioridades da JSD, a formação de quadros neste sector, bem como o desenvolvimento de novas áreas de cooperação internacional, seja a nível europeu ou a nível de outras realidades mais vastas.

Nesta linha o VII Congresso, consciente da necessidade de se intervir neste nível e da capacidade da JSD marcar passos importantes na vida de várias instituições supra-nacionais, decide apostar numa JSD LIDERANTE NO ESPAÇO INTERNACIONAL.

IV

POR UMA JSD MAIS VIVA

E LIDERANTE

A JSD, que é a maior Organização de Juventude no País, não pode deixar de encontrar a sua primeira razão de ser e de estar senão na própria realidade juvenil, nas suas perspectivas de evolução e na construção de um futuro mais justo e mais livre. E de um futuro que não envergonhe nem despreze os valores que, enquanto social-democratas, defendemos e em que acreditamos.

Diversas foram as vezes que, no seio da nossa organização, debatemos e confrontámos diferentes concepções quanto à natureza da postura que, no plano da intervenção política deveríamos privilegiar, no sentido de melhor corresponder às exigências da nossa realidade juvenil e da construção do futuro dos jovens. Mas é inquestionável o amplo consenso que entre todos, ou quase todos nós se gerou quando tivemos de optar entre discutir alguns problemas sectoriais dos jovens ou defender um projecto de juventude, entre sermos meros agitadores sociais e simples animadores juvenis ou sermos jovens políticos responsáveis e interessados num modelo de sociedade, entre sermos os cola-cartazes do Partido ou sermos os portadores de uma mensagem mais jovem, de uma visão social-democrata mais inovadora.

Optámos assim por ser uma organização de juventude, e não uma organização juvenil; quisemos por esta razão intervir e participar em todos os planos onde se coloca a questão da juventude, e não simplesmente nos mais fáceis e tradicionais; demonstrámos ter força moral e crédito político suficientes para que nos respeitassem, e não somente para que nos tolerassem.

O nosso propósito neste VII Congresso Nacional não é tão apenas renovar este consenso interno que nos tem unido, mas sobretudo encontrar formas de o reforçar e de o tornar mais sincero e verdadeiro, mais eficaz e determinado. E queremos fazê-lo por ser essa a melhor maneira de, em conjunto, enfrentarmos a complexidade do presente, que não espera por nós para se transformar em devir.

Há muito que temos consciência das mutações profundas que se vêm operando na nossa sociedade e no mundo em geral. Mas onde havia a esperança de que estas mutações representassem apenas a face menos atraente da transição para um mundo novo, começou agora a instalar-se o receio de que esta transição se converta em crise permanente. O receio de que estas transformações mais não passem a significar do que a instabilidade tecnológica e social com que temos de nos conformar, ou a quotidiana insegurança quanto ao que há-de vir.

É este o facto generalizado nos nossos dias, que em Portugal tem um vinco mais pronunciado, proporcional às reformas e às reconversões que colectivamente não realizámos e

que nos continuam a fazer distar dos nossos recentes parceiros europeus. E, como a JSD tem afirmado, esta é uma situação com reflexos extremamente comprometedores para as gerações mais jovens. Realmente, são estas gerações que mais dificuldades encontram para atingir a sua plena independência e reclamar o seu lugar de direito na sociedade. Ninguém melhor que os jovens sente, por exemplo, a ruptura em que entrou o sistema de ensino, onde os anos de estudo e o respectivo diploma nem sequer garantem a perspectiva de uma autonomia familiar, que só a entrada no mercado de trabalho e um emprego podem fazer ambicionar.

Devemos reconhecer, porém, que nunca como hoje se falou tanto de juventude, nem há exemplo, em todos estes anos de democracia, de se adoptarem tão importantes medidas destinadas aos jovens. É uma constatação que fazemos com agrado, tanto porque na sua maioria se trata de medidas e soluções que desde há muito defendemos enquanto organização, como ainda pelo facto significativo de ter sido um Governo social-democrata a promovê-las.

Mas se nos congratulamos com aplauso pelo facto de finalmente termos começar a desenhar-se a construção de uma Política Global de Juventude, não é menos compreensível que nos preocupemos seriamente com um desenho mais vasto e importante que se situa ao nível do Estado e do País. Porque se já no passado demonstrámos que os grandes problemas dos jovens se filiam nos maiores e mais complexos problemas nacionais, é bom que tenhamos agora a oportunidade de os identificar para melhor os avaliar.

Sabemos que a nossa entrada para a Comunidade Europeia vem de encontro a uma profunda esperança de modernização e de modernidade. Mas, por outro lado, tememos que possa originar problemas bem mais sérios do que aqueles que hoje enfrentamos ou mesmo atirar a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento do País, caso não encontremos resposta para o que há anos vimos adiando. Sabemos também que se a nossa capacidade de adaptação às transformações tecnológicas, e ao que destas derivar não for suficientemente fortalecida, poderemos estar a prejudicar em definitivo a legítima expectativa de irmos a alcançar um lugar digno no mundo ocidental e desenvolvido de que queremos fazer parte.

Mas sabemos, porém, que todas estas certezas e dúvidas, desejos e temores não são suficientemente fortes para substituir a instabilidade e a mudança permanente em que vivemos. Cada vez mais a possibilidade de encontrar um emprego, estável e seguro, se transforma na oportunidade de trabalho, efémera e transitória. O que hoje pode parecer ser um empreendimento rentável e produtivo, mais pode não ser que uma em-

presa a enfrentar o espectro da falência, com tudo o que isto implica em termos de riqueza e de trabalho. Foi um progresso o sistema de Segurança Social que atingimos? Pois nunca ele se mostrou tão injusto e desadequado, sem que as estruturas da própria Administração disponham de políticas coerentes e respostas cabais. O progresso cada vez mais é questionável e a evolução mais nos parece dispersão. O próprio sistema económico, em cujo reino as maiores potências assentavam a sua solidez, encerra hoje em si tantas incertezas quanto as mutações em que está envolvido. Onde até aqui as respostas aos problemas nos pareciam seguras e matemáticas, agora são problemáticas e incertas.

A instabilidade e a mudança são de tal ordem, as dúvidas e as questões são tantas que hoje nem sabemos sequer com que o nosso País será parecido daqui a dez anos. E quando as estruturas e as políticas não respondem, cada decisão que é tomada tem mais importância pelo modo e oportunidade com que é desferida do que pelo seu próprio conteúdo. É esta uma responsabilidade tremenda que recai sobre cada um dos indivíduos e que reforça o valor da sua formação e da sua geração.

O nosso propósito neste VII Congresso Nacional é tanto firmar a nossa consciência para esta responsabilidade, como decidir quanto à melhor forma de a assumir enquanto maior Organização de Juventude. Hoje a JSD não pretende tão só reclamar uma palavra na construção do futuro dos jovens. A JSD não quer ser uma mera organização de classe preocupada com qualquer meia dúzia de pequenas situações. A JSD quer e lutará por um novo projecto de sociedade, porque enquanto jovens, e enquanto social-democratas, acreditamos na força e na vitalidade da nossa geração e acreditamos na sua capacidade de, em conjunto, ser portadora da novidade capaz de transformar as coisas. Mesmo suportando todos os conflitos que lhe são inevitáveis.

A JSD quer ser agente e protagonista desta transformação. E por isso a nossa vivência interna tem de ser mais rica e mais coesa, tal como a expressão da nossa autonomia deve ser ainda mais consequente. Devemos centrar os nossos esforços na formação em novas áreas de intervenção, não menos que na preocupação de preservar e revitalizar os espaços que já conquistámos. Mas sobretudo exigir de todos uma maior participação em todos os níveis da estrutura. Ter a consciência de que, se não existe uma só resposta para todos os problemas que encontramos, também as respostas que soubermos apresentar e as decisões que tomarmos dependerão directamente do grau de participação de toda a massa humana da JSD e do nível da sua formação.